

Sob o influxo da mobilização popular

12 MAI 1985

SERA que estamos realmente no Brasil? É a pergunta que se pode fazer, diante do espetáculo a que todos assistimos, nas votações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Como foi tranquila a extinção do Colégio Eleitoral! Como se tornou fácil a adoção da eleição direta, ainda sob a influência da mobilização popular, nos grandes comícios realizados por toda a extensão do território nacional! Por sinal que, de cambulhada, vingaram algumas medidas sem maior interesse para a coletividade, como a de impedir que se candidatassem os atuais prefeitos, nas cidades em que vai haver eleição, desde que descompatibilizados num prazo razoável.

O que impressionou, no espetáculo de quarta-feira, é que ainda não se completou um ano da votação da Emenda Dante de Oliveira, proposta, exatamente, para acabar com o Colégio Eleitoral, e para eleger, pelo voto popular, o Presidente e o Vice-Presidente da República, no pleito de 15 de janeiro próximo passado. Não obstante o enorme esforço despendido, e a entusiástica presença do povo, não foi possível alcançar o quorum fixado nas leis em vigor. E os debates foram vivos, calorosos, com a intervenção dos que se batiam pelo processo da eleição indireta formulado na Constituição de 1967.

De repente, tudo mudou, e somos surpreendidos com uma votação unânime. Até o líder da corrente malufista, por sinal um deputado realmente atuante, o Sr. Prisco Viana, fez questão de concorrer com o seu voto, para a aprovação da emenda. Nem parecia um caso de conversão. O tempo era escasso para justificar tantas alterações de voto. Mesmo como metamorfose, dava até para surpreender. A impressão era antes a de um espetáculo teatral, numa cena de transformismo. O personagem aparecia no palco

com um determinado vestuário, ia correndo para a outra saída do palco, e retornava rapidamente, já com uma roupagem diferente. Só houvera tempo para dizer o "não" na primeira aparição, trocado logo em "sim", na volta imediata, como se tivéssemos o privilégio de contar com uma geração de Frégolis, no desempenho de mandatos legislativos.

Como nos cabe o dever da verdade, é fácil testemunhar que não houve nenhum constrangimento nessa transformação. Talvez que o constrangimento fosse maior na primeira passagem pelo palco. Não cabe na sensibilidade do político a indiferença ou o desprezo pela vontade do povo. Aqueles menos de 3%; no pleito de Santos, haviam dado, para um voto contrário à eleição direta, a impressão de um suicídio político. O voto da última quarta-feira surgiu com cheiros de ressurreição.

Tanto mais quando as experiências feitas com o funcionamento do Colégio Eleitoral não facilitavam a sua continuidade, tendo à vista os Presidentes que elegera, no período marcado pelo golpe de Estado de 1964. Nenhum Rodrigues Alves à vista. Muito menos um Campos Sales, incinerando notas de papel-moeda, numa tática de choque, para combater a inflação, que já existia naquele tempo, embora ainda não com as proporções que viria a assumir, com os eleitos pelo Colégio Eleitoral.

Não fora pequeno o esforço, para conservar o modelo da eleição indireta, com que garantir o continuísmo. E, de repente, surge uma espécie de tufão, para derrubar tudo com que se vinha enfeitando o golpe de 1964. Destruído o Colégio

Eleitoral. Adotado o voto ao analfabeto. Derrubada a indústria do anticomunismo, com que tantos se beneficiaram. Exigida uma votação em dois turnos, para acabar de vez com aquelas reivindicações da maioria absoluta, que envenenaram as sucessões presidenciais de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, arrastando tantos políticos para as portas dos quartéis, na esperança de um apoio que subverteu a decisão das urnas. Não foram poucos os chefes militares que se deixaram envolver pela campanha, e que vieram engrossar as correntes que iriam alcançar a vitória, nos acontecimentos de 1964, estimulados até pelas simpatias dos Estados Unidos e, sobretudo, do Embaixador Lincoln Gordon.

Como explicar tantas vitórias, no correr de uma única votação, que se estenderia madrugada adentro? Tão-somente como o resultado da semeadura a que se dedicara Tancredo Neves. E sobretudo com a mobilização popular, que acudira ao seu chamado. A campanha conseguira despertar o povo brasileiro. E, com a presença do povo, a democracia ia ganhando espaços que havia perdido, em parte pela sua ausência ou pela sua omissão. Porque foi essa mobilização popular que trouxe, como consequência, a mobilização dos políticos. As votações no Poder Legislativo tiveram o sentido de uma rendição, para que se tornasse verdade o preceito constitucional que nos assegura de que "todo poder emana do povo". Mas emana de um povo consciente de sua força, e presente na tomada das decisões. Não há que surpreender se, num regime representativo, os senadores e deputados traduzem, nos seus votos, a vontade de seus eleitores.

Daí a euforia do momento presente. Sentimos que o Brasil voltou a ser realmente uma democracia. É o cidadão que se sente realizado, pela impressão de que é a sua vontade que se está tornando realidade, através do pronunciamento de seus representantes. Como quem recebe uma carta de alforria, integrado nas funções que lhe correspondem na vida política do país. E por isso todas as coisas tomam cores novas, e que pareciam impossíveis, e talvez até mesmo inatingíveis. Que belos discursos vem fazendo o Presidente José Sarney, tão distantes daquela linguagem impersonal, em que não se encontra nenhum reflexo de sensibilidade, e que poderia até ser adotada como o idioma dos robôs! Como é edificante o exemplo do Ministro Dornelles, levando para o Poder Legislativo os grandes problemas que afligem o País, para que lhe caiba também a parte de responsabilidade, que deve tocar a todos os órgãos do Governo!

São apenas alguns exemplos, entre muitos que estamos acompanhando. Na verdade, sentimos, em todos eles, a presença do povo, e de sua influência nas decisões que vão sendo tomadas, num Brasil novo, em que a vida volta a ser um prazer, mantido aquele ambiente de alegria, que fazia dos comícios em praça pública uma festa cívica, das maiores de que temos o direito de nos orgulhar. E tão profundamente patrióticas, que não encontravam outra maneira de terminar, do que cantando o Hino Nacional, para que todos sentissem que não havia outra intenção do que continuar a trabalhar pela grandeza do Brasil.